



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADA: Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina		UF: SC
ASSUNTO: Convalidação de estudos e validação nacional de títulos obtidos no curso de mestrado em Direito, da Universidade do Sul de Santa Catarina, nas áreas de concentração “Direito Constitucional” e “Direito Penal”.		
RELATOR: Luiz Fernandes Dourado		
PROCESSO Nº: 23001.000064/2011-67		
PARECER CNE/CES Nº: 357/2012	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 3/10/2012

I – RELATÓRIO

A Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), por meio do Ofício Pró-PPGI nº 25, de 19 de novembro de 2009, em atendimento à chamada pública CNE nº 1/2007, vem requerer ao Conselho Nacional de Educação a convalidação de estudos e a validação nacional dos diplomas de 26 (vinte e seis) alunos, oriundos do curso de pós-graduação stricto sensu em nível de mestrado em Direito. Informe-se curso não obteve a recomendação necessária da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)..

Constam dos autos os seguintes documentos, encaminhados pela instituição:

- I. Identificação da instituição
- II. Histórico do curso de mestrado
- III. Áreas de concentração e linhas de pesquisas
- IV. Matriz curricular, carga horária e créditos das disciplinas obrigatórias do curso
- V. Corpo docente e respectivos currículos lattes
- VI. Aproveitamento escolar dos alunos
- VII. Bancas examinadoras das defesas de dissertação
- VIII. Currículos lattes dos alunos
- IX. Títulos dos projetos dissertados e respectivas datas de defesa
- X. Fichas de Avaliações do curso realizadas pela Capes
- XI. Atas de Defesa das dissertações dos alunos
- XII. Cópias de RG's e CPF's dos respectivos alunos.
- XIII. Complementação de documentos resultantes de diligência encaminhada pelo CNE:

A instituição submeteu seu curso de mestrado em Direito às avaliações realizadas pela Capes, em 2003 e em 2005, e não obteve a recomendação do curso.

A instituição informa que foram admitidas duas turmas no curso: uma, com início em 12 de agosto de 1999, com conclusão até 12 de agosto de 2002, denominada Turma I, com 12 (doze) alunos; e outra, com início em 23 de março de 2000, com conclusão até 23 de agosto de 2004, Turma II, com 14 (quatorze), totalizando 26 (vinte e seis) alunos, aos quais foram outorgados diplomas de mestre em Direito pela Unisul, que entretanto, não goza de validade nacional, uma vez que o curso não obteve a recomendação da Capes, como já relatado.

As informações apresentadas mostram que o início do funcionamento deu-se antes da publicação da Resolução CNE/CES nº 01/2001, de 9 de abril de 2001, portanto o caso é analisado à luz da Resolução CFE nº 5/83.

Dissertações defendidas – Turma I de 1999

Nome do Aluno	Início	Membros da Banca Examinadora	Data da Defesa	Título da Dissertação
AURIVAN MARCOS SIMIONATO	12/8/1999	Dra. Sandra A. Lopes B. Lewis. Dr. Arnaldo Sampaio de M. Godoy Dr. Raulino Jacó Brüning	22/10/2003	Alguns aspectos das comissões parlamentares de inquérito
BEATRIZ HELENA BRAGANHOLO	12/8/1999	Dra. Sandra A. Lopes B. Lewis. Dra. Maria Fátima Ribeiro Dr. Antônio Carlos Wolkner	19/2/2003	Novos desafios frente à constitucionalização do direito de família contemporâneo: a mediação dos conflitos familiares
DENISE SILVA DE AMORIN FARIA	12/8/1999	Dra. Alice Bianchini Dr Sérgio Salomão Shecaira Dr Luiz Flávio Gomes	8/6/2003	A crise involutiva do Direito Penal
EDSON RODRIGUES DE S. MAGALDI	12/8/1999	Dra. Thaís Luzia Colaço Dr. Antônio Carlos Wolkmer Dr. Arnaldo Sampaio de M. Godoy	24/7/2003	Oscar Correias e a Crítica da norma fundante como princípio de validade e eficácia do discurso jurídico
FABIO ZABOT HOLTHAUSEN	12/8/1999	Dr. Raulino Jacó Brüning Dr. Márcio Camargo Sobrinho Dr. Alfredo José dos Santos	19/11/2003	A inversão do ônus da prova nas relações de consumo no momento processual
LAURO JOSÉ BALLOCK	12/8/1999	Dra. Alice Bianchini Dr Fauzi Hassan Choukr Dr Luiz Flávio Gomes	26/8/2002	A aplicação da pena e o poder judicial: a incidência obrigatória das circunstâncias atenuantes
LUISA MARTA	12/8/1999	Dra. Sandra	10/4/2003	Acesso à justiça:

CAMILO DAL ALBA		Aparecida Lopes Dr. Arnaldo Sampaio de Moraes Dr Sidney Francisco Reis dos Santos		assistência jurídica integral e gratuita do empregador na justiça trabalhista
MARCOS ALBERTO CARVALHO DE FREITAS	12/8/1999	Dra. Julieta Rodrigues Sabóia Cordeiro Dra. Sandra A. Lopes B. Lewis Dra. Regina Ferrari	19/9/2002	O princípio da proporcionalidade e da razoabilidade do direito constitucional brasileiro
NARA REGINA MELLO PINHO	12/8/1999	Dr. Léo Rosa de Andrade Dr. Paulo R. Ávila Fagundez Dr Arnaldo Sampaio de M. Godoy	16/10/2003	Do processo eleitoral ao exercício do mandato de prefeito no município de Laguna
RAQUEL DE SOUZA	12/8/1999	Dr. Antônio Carlos Wolkmer Dra. Alice Bianchini Dr. Raulino Jacó Brüning	26/2/2003	Direito Penal na Atenas Clássica
ROGÉRIO DE LUCA	12/8/1999	Dra. Juliete R. Sabóia Cordeiro Dra. Sandra A. Lopes B. Lewis Dra. Regina Ferrari	18/9/2002	Efetividade das normas constitucionais e mandado de injunção: sindicabilidade da omissão legislativa inconstitucional
WÂNIO WIGGERS	12/8/1999	Dra. Thaís Luzia Colaço Dr. Reinaldo Pereira Dr. Arnaldo Sampaio	23/8/2003	O conhecimento dos direitos fundamentais como instrumento de conscientização para a cidadania

Dissertações defendidas – Turma II de 2000

Nome do Aluno	Início	Membros da Banca Examinadora	Data da Defesa	Título da Dissertação
ALEX SANDRO DA S. SCHELLEMBERG	23/3/2000	Dr. Franciscio P. Rabelo Filho Dr. Arnaldo S. M. Godoy Dr. Raulino Jacó Brüning	16/12/2003	Meio ambiente: um direito fundamental do ser humano
CARLOS MOISÉS DA SILVA	23/3/2000	Dr. Francisco Pinto R. Filho Dr. Arnaldo S. M. Godoy Dr. Antônio Carlos Wolkner	16/12/2003	A Administração pública brasileira e a prevenção e resposta a sinistros
CAROLINE RIBEIRO BIANCHINI	23/3/2000	Dr. Paulo de Tarso Brandão Dr. Anderson Lobato Dr. Raulino Jacó Brüning	18/7/2002	Acesso à justiça: uma análise sobre sua efetividade
CLAÚDIA DAMACENO PAZ	23/3/2000	Dr. Luiz Flávio Gomes Dr. Léo Rosa de Andrade Dra. Alice Bianchini	18/5/2006	O dito e o feito: um estudo sobre a motivação moral para a (des) criminalização do ato obsceno
CLEUSA VALIM MARINI	23/3/2000	Profa. Siomara A. Marques Dr. Reinaldo Pereira e Silva Dr. Paulo Roney A. Fagundez	04/2/2003	A nova ordem familiar – os filhos e o direito à convivência com seus pais: análise jurídica do instituto da guarda sob o foco da Constituição de 1988
DANILE COUTO DE OLIVEIRA	23/3/2000	Dra. Sandra A. Lopes B. Lewis Dr. Valci Dr. Raulino Jacó Brüning	3/10/2002	Considerações sobre o declínio do estado-nação e quebra do princípio de soberania diante da Globalização Neoliberal

GERALDO PAES PESSOA	23/3/2000	Dra. Sandra A. Lopes B. Lewis Dr. Valcir Gassen Dr. Raulino Jacó Brüning	22/10/2003	A relativização do direito de propriedade como limitador da concentração de renda: tributação das heranças
GIOVANNI LIMAS FLORIANI	20/3/2000	Dra. Alice Bianchini Dr. Sérgio Salomão Shecaira Dr. Paulo de Tarso Brandão	5/5/2003	A transação na ação penal privada
LESTER MARCANTÔNIO CAMARGO	23/3/2000	Dr. Luis Rodrigues Wambier Dr. Reinaldo Pereira e Silva Dr. Eduardo A. Salomão Cambi	8/11/2002	O princípio do duplo grau de jurisdição e os recursos cíveis
MAURÍCIO NEVES DE JESUS	23/3/2000	Dra. Alice Bianchini Dr. Sérgio Salomão Shecaira Dra. Leda Maria Hermann	4/6/2003	Adolescentes em conflito com a Lei: prevenção e proteção integral
NARA MARIA FAORO BENVENUTTI	23/3/2000	Dra. Alice Bianchini Dr. Sérgio Salomão Shecaira Dr. Luiz Flávio Gomes	5/3/2004	A utopia da reinserção social face à pena privativa de liberdade
PATRICIA ULIANO EFFTING ZOCH DE MOURA	23/3/2000	Dra. Sandra A. Lopes B. Lewis Dr. Onides Mezzaroba Dr. Zulmar Facchin	17/12/2003	A finalidade do princípio de igualdade: a niveleção social – interpretação dos atos de igualar
PAULO CALGARO DE CARVALHO	23/3/2000	Dr. Paulo de Tarso Brandão Dr. Reinaldo Pereira e Silva	21/12/2003	A polícia milita de Santa Catarina e a política de Direitos Humanos

		Dr. Raulino Jacó Brüning		
ZAIDA HELENA DE MORAIS HOFFMAN	23/3/2000	Dra. Sandra A. Lopes B. Lewis Dr. Alfredo José dos Santos Dr. Arnaldo Sampaio	24/7/2003	A eficácia social do princípio constitucional da capacidade contributiva

Os estudantes em questão iniciaram seus cursos antes da Resolução CNE/CES nº 1/2001, e defenderam suas dissertações de acordo com o regulamento do programa de pós-graduação; logo, presume-se o direito ao reconhecimento e à validação nacional de seus títulos, uma vez que cumpriram, com êxito, todas as etapas de formação.

Relato ainda que a instituição complementou as informações solicitadas referentes ao quadro docente.

II – VOTO DO RELATOR

Favorável à convalidação dos estudos e à validação nacional dos títulos de Mestre, obtidos no curso de mestrado em Direito, pelos 26 (vinte e seis) alunos, ingressantes nos anos de 1999 e 2000, relacionados em anexo, ministrado pela Universidade do Sul de Santa Catarina, sediada no Município de Tubarão, no Estado de Santa Catarina.

Brasília (DF), 3 de outubro de 2012.

Conselheiro Luiz Fernandes Dourado – Relator

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova, por unanimidade, o voto do relator.
Sala das Sessões, em 3 de outubro de 2012.

Conselheiro Gilberto Gonçalves Garcia – Presidente

Conselheira Ana Dayse Rezende Dorea – Vice-Presidente

IV– ANEXO

	Nome	RG
1	AURIVAN MARCOS SIMIONATTO	11/8.1.885.290 SSP/SC
2	BEATRIZ HELENA BRAGANHOLO	4037648971 SSP/RS
3	DENISE SILVA DE AMORIN FARIA	2.297.045 SSP/SC
4	EDSON RODRIGUES DE SOUSA MAGALDI	8/R1.431.451 SSP/SC
5	FABIO ZABOT HOLTHAUSEN	2.937.399 SSP/SC
6	LAURO JOSÉ BALLOCK	OAB-SC 11513
7	LUISA MARTA CAMILO DAL ALBA	1007539231 SSP/RS
8	MARCOS ALBERTO CARVALHO DE FREITAS	4088695-8 SSP/PR
9	NARA REGINA MELLO PINHO	5ª/C-1.342.696- SSP/SC
10	RAQUEL DE SOUZA	23.620.114-1 SSP/SP
11	ROGÉRIO DE LUCA	14R/502.314 SSP/SC
12	WÂNIO WIGGERS	914.475-7 PM/SC
13	ALEX SANDRO DA SILVA SCHELLEMBERG	2067495867 SJS/RS
14	CARLOS MOISÉS DA SILVA	916.109-0 PM/SC
15	CAROLINE RIBEIRO BIANCHINI	OAB-SC 12842
16	CLAÚDIA DAMASCENO PAZ	RG 3.523.993 SSP/SC
17	CLEUSA VALIM MARINI	OAB SC 12761
18	DANIELE COUTO DE OLIVEIRA	RG 8/C-3.040.092
19	GERALDO PAES PESSOA	RG 1.904.919 SSP/SC
20	GIOVANNI LIMAS FLORIANI	RG 1.826.130 SSP/SC
21	LESTER MARCANTÔNIO CAMARGO	RG 7049125219 SJTC/RS
22	MAURÍCIO NEVES DE JESUS	RG 2.706.016 SSP/SC
23	NARA MARIA FAORO BENVENUTTI	RG 2006180638 SSP/RS
24	PATRÍCIA ULIANO EFFTING ZOCH DE MOURA	RG 3.020.854 SSP/SC
25	PAULO CALGARO DE CARVALHO	RG 913.529-4 PM/SC
26	ZAIDA HELENA DE MORAIS HOFFMAN	RG 6035277951 SSP/RS